

Aprender a Conviver com o Semiárido a partir das Experiências de Luta e Resistência dos/das Agricultores/as da Chapada do Apodi/RN

Learning to Live Within the Semiarid Through the Struggle and Resistance Experiences of the Chapada do Apodi/RN

Lincolnly Jesus Alencar Pereira
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira - UNILAB
Fortaleza-Brasil
Maria do Socorro Xavier Batista
Luciélío Marinho da Costa
Univiersidade Federal da Paraíba-UFPB
João Pessoa-Brasil

Resumo

Os escritos que estruturam este artigo têm como objetivo compreender as experiências de resistência e de convivência com o semiárido dos/das agricultores/as da Chapada do Apodi/RN. A pesquisa é de natureza qualitativa, tendo como abordagem metodológica o materialismo histórico-dialético e, como instrumento de coleta de dados utilizou-se a entrevista semiestruturada. Ancoramos esse trabalho nas ideias que geram um conceito de agroecologia, fazendo-nos direcionar nossos olhares para as experiências agroecológicas de convivência com o semiárido brasileiro, especificamente nos assentamentos Sítio de Góis, Tabuleiro Grande e São Manoel, com o intuito de compreendê-las a partir da realidade vivenciada pelos/as estudantes da Ledoc/Ufersa/RN.

Palavras-chave: Chapada do Apodi/RN; Agroecologia; Convivência com o Semiárido.

Resumen

Los escritos que estructuran este artículo tienen como objetivo comprender las experiencias de resistencia y convivencia con los semiáridos de los agricultores de la Chapada do Apodi / RN. La investigación es de naturaleza cualitativa, teniendo como enfoque metodológico el materialismo histórico-dialéctico y, como instrumento de recolección de datos, se utilizaron entrevistas semiestructuradas. Anclamos este trabajo en las ideas que generan un concepto de agroecología, haciéndonos dirigir nuestra mirada a las experiencias agroecológicas de vivir con los semiáridos brasileños, específicamente, en los asentamientos de Sítio de Góis, Tabuleiro Grande y São Manoel, para comprenderlos. De la realidad vivida por los alumnos de Ledoc / Ufersa / RN.

Palabras clave: Chapada do Apodi / RN. Agroecología. Viviendo con lo semiarido.

Introdução

Este artigo¹ tem como objetivo compreender as experiências de resistência e de convivência com o semiárido dos/das camponeses/as da Chapada do Apodi, no Estado do Rio Grande do Norte, no Nordeste brasileiro. Evidenciamos a luta dos movimentos sociais populares do campo no município de Apodi/RN e, nesse contexto, com a perspectiva de potencializar a fala dos agricultores e estudantes da Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo da Universidade Federal Rural do Semi-Árido-Ufersa, que foram entrevistados/as durante o ano de 2016, aos quais atribuímos nomes de plantas e animais presentes na flora e fauna do semiárido nordestino, com o intuito de mantermos o anonimato dos sujeitos que nos ajudaram a construir o conhecimento que ora socializamos, neste trabalho.

Os aportes teóricos com os quais dialogamos nos possibilitaram estabelecer uma conexão real com os/as camponeses/as, abrindo caminhos para nos aproximarmos de suas realidades, possibilitando-nos projetar a real importância de discutir as estratégias de convivência com o semiárido nos ambientes escolares, essência da educação contextualizada, evidenciar sua importância e significação, na busca de promover a autonomia e emancipação das populações semiáridas.

Mapeamos experiências de convivência com o semiárido nos assentamentos Tabuleiro Grande, Paulo Canapun, Poço Tilon e Sítio do Gois, ambos na Chapada do Apodi, apresentando a riqueza de saberes e ensinamentos populares que, ainda, não se fazem presentes como deveriam, nas práticas pedagógicas e no currículo das escolas do campo, no contexto do semiárido brasileiro.

Território de Apodi/RN

A origem do nome Apodi deriva da palavra *Podi* ou *Poti*, em homenagem ao pajé da tribo Paiacu. Os primeiros colonizadores, ao invadirem e se apropriarem do atual território do município de Apodi, foram Alonso de Hojeda, almirante da Espanha, João de La Cosa e Américo Vespúcio, que chegaram à desembocadura do Rio Apodi, no dia 24 de junho de 1499.

O município de Apodi surgiu em 11 de abril de 1833, através da resolução do Conselho Geral da Província, desmembrando-se de Porto Alegre e, em 5 de março de 1887, pela Lei nº 988, recebe foro de cidade. O município de Apodi sempre foi um território de conflito desde

sua colonização, marcado por intensas disputas entre colonos e indígenas, donos de terras, cangaço de lampião e, na atualidade, pelo agronegócio promovido pelas grandes empresas transnacionais.

A Chapada do Apodi/RN, até os anos de 1970, era caracterizada por grandes latifúndios. No final desse mesmo ano e início dos anos de 1980, surgiu um processo de organização popular das/os camponesas/es de Apodi, em decorrência das atividades realizadas pelas igrejas, principalmente a Igreja Católica, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), dando início à criação de Associações Comunitárias nas comunidades rurais, as quais reivindicavam por água e trabalho na época das secas (PONTES, 2012).

Evidenciamos na construção desse trabalho, que os dados empíricos colhidos nas entrevistas semiestruturadas, nos possibilitam perceber o acirramento dos conflitos, as lutas e reivindicações dos movimentos sociais camponeses. Essa luta perpassa pela reivindicação de cumprimento, por parte do Estado, de políticas públicas para o desenvolvimento regional, com base na agricultura familiar, na tentativa de barrar o atual sistema de exploração da população camponesa potiguar que é o agronegócio da fruticultura irrigada.

Evidenciamos a necessidade de políticas voltadas para agricultura familiar, considerando que, desde o início do século XX, o foco das políticas públicas para a região semiárida estava direcionado para beneficiar o latifúndio. Conforme Pereira (2015, p. 226), “as grandes obras realizadas pelo Departamento Nacional de Obras de Combate a Seca (DNOCS) não visavam a mudanças estruturais e tinham como maiores beneficiários os latifundiários”.

O governo federal pretendia inserir o semiárido nordestino na chamada Revolução Verde, ou seja, no processo de industrialização da agricultura, o que, segundo Frigotto (2015, p. 64), “materializa efetivamente formas diferenciadas e cada vez mais violentas de alienação e super-exploração do conjunto da classe trabalhadora”. A disputa de dois modelos de agricultura: o da agricultura familiar enraizado na região, produzida em pequenas propriedades com o trabalho familiar baseado na biodiversidade, na distribuição de renda e democratização da água e da terra; o outro, centrado na grande propriedade, com capital de empresas multinacionais, voltado para a fruticultura irrigada, que provoca a concentração de terras, de água e de renda, com a produção voltada à exportação.

Luta, resistência e acesso à terra dos/das agricultores/as no território de Apodi/RN

Historicamente as políticas governamentais para a Semiárido priorizaram a promoção de infraestrutura, especialmente os projetos de irrigação nas proximidades de bacias hidrográficas ou de rios, que sempre beneficiaram os latifundiários e mais recente os empreendimentos do agronegócio de capital multinacional, e na realidade do município de Apodi, beneficiam os projetos de fruticultura irrigada, como é o caso recente de projeto de irrigação da Chapada potiguar, patrocinado pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas-DNOCS, que visa desapropriar os/as camponeses/as que ocupam essas áreas, inclusive áreas de Reforma Agrária, onde vivem e trabalham milhares de famílias, produzindo com base na agroecologia, que dará lugar aos projetos de agricultura calcada nos pacotes tecnológicos que usam defensivos químicos – agrotóxicos e tecnologias modernas que são restritivas ao uso da força de trabalho. Conforme ressalta Pontes et al (2013, p. 3214), “As políticas agrícolas no semiárido brasileiro, desde os anos 1960, vêm acompanhadas da implantação dos perímetros irrigados como estratégia geopolítica de expansão seletiva da fronteira agrícola, na perspectiva da indução do desenvolvimento”.

O território da Chapada do Apodi, historicamente, seguiu o modelo do latifúndio, tendo como principal produção o algodão e a criação extensiva de animais. A partir da década de 1980, houve a implantação dos primeiros projetos de assentamentos da Reforma Agrária, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA que, segundo Pereira (2015), tem como objetivo atender às pressões dos movimentos dos/as trabalhadores/as camponeses/as que fizeram ocupações de fazendas em diversos municípios. Os/as trabalhadores/as rurais sem-terra foram mobilizados/as por sindicatos rurais, movimentos sociais e entidades ligadas à Igreja Católica, a exemplo da Comissão Pastoral da Terra. Mesmo com a posse das terras da Reforma Agrária a realidade dos assentamentos rurais no RN, conforme verificamos nas falas dos sujeitos de pesquisa, identificamos vários problemas socioeconômicos relacionados à ausência de infraestrutura produtiva, água e serviços de educação e saúde. Como evidencia a fala de uma camponesa entrevistada,

[...] até início dos anos 80, não tinha nenhuma associação comunitária, os agricultores trabalhavam nas frentes de emergência, na terra do patrão, nos

monocultivos. Ali em cima da serra, a Chapada do Apodi era de 15 proprietários que viviam, naquele tempo do algodão, “o ouro branco”, viviam disso, levando os trabalhadores/as de outras regiões do Vale, levando gente de outros setores, levando para trabalhar lá no tempo de colheita, trabalho por produção. Quanto mais você trabalhava, mais podia mudar, mais você ganhava. Então, o assistencialismo do sindicato e os trabalhadores na base sofrendo. Sofrendo até pela falta de água, né? Que eu... um grande viés do Nordeste também é a indústria da seca (CARCARÁ, 2016).

A fala ressalta um dos problemas muito presente na realidade do semiárido que são os períodos de estiagem os quais, sob o discurso da seca sempre foi utilizado pelas elites nordestinas como estratégia de obtenção de recursos federais e de poder, conseguindo, com isso, se legitimar no comando de seus estados por longo período, sem que sejam implementadas políticas públicas específicas que beneficiem as comunidades rurais e, especificamente, os/as trabalhadores/as camponeses/as.

As políticas para o desenvolvimento visavam combater o problema da escassez de água, que sempre foi acusado de ser o maior obstáculo ao desenvolvimento da região de clima semiárido, com o armazenamento dos recursos hídricos em barragens. No caso específico de Apodi, com a transposição das águas da Barragem de Santa Cruz, na região da Pedra e a transposição das águas do Rio São Francisco, possibilitando as condições para implantação dos projetos do agronegócio da fruticultura para a exportação.

A análise de Pereira (2015) nos ajuda a compreender que as políticas públicas, desde o governo militar, passando pelo governo de Fernando Henrique Cardoso e os governos do Partido dos Trabalhadores, propiciaram o desenvolvimento capitalista nas microrregiões do semiárido que estão próximas das bacias hidrográficas. Apesar dos fragmentados projetos de Reforma Agrária conquistados às custas de muita luta, os investimentos públicos priorizam o capital, subsidiando a implantação do agronegócio e o projeto do capital de exploração e opressão das populações camponesas que proporcionam a concentração fundiária e levam a burguesia agrária a ocupar o espaço dos latifundiários tradicionais. Nesse sentido, em 1996, foi criado o Programa de Apoio e Desenvolvimento da Fruticultura Irrigada do Nordeste, de acordo com a filosofia do Banco Mundial, que colocou o Estado como indutor das ações privadas na agricultura de irrigação. Em 1998 foi criado o Programa Polos de Desenvolvimento Integrado do Nordeste, voltado para as áreas semiáridas e as dinâmicas de exportação.

O projeto de irrigação da Chapada do Apodi potiguar, em vias de ser implementado, segue a mesma lógica das políticas anteriores de concentração de terras nas mãos do capital, pois visa desapropriar os 15 assentamentos da Chapada, deslocando os pequenos produtores e as famílias assentadas para outras áreas, com fins de ampliação do agronegócio, que produziria uva e cacau, com a promessa de gerar empregos.

Esse elemento crucial começou a ser desconstruído a partir da década de 1980, quando agricultores/as se articularam e se organizaram, através dos movimentos sociais e conseguiram, com luta e resistência, a criação de 15 projetos de assentamentos, alcançando 533 famílias de agricultores, totalizando, aproximadamente 13.939 homens, mulheres e crianças.

O plano de desapropriação das famílias camponesas nos assentamentos citados considerou a potencialidade do território da Chapada por possuir um solo vermelho fértil e uma grande quantidade de água em seu subsolo. Por isso ele se demonstrou propício para as experiências desenvolvidas pelos/as camponeses/as com os quintais produtivos, a criação de pequenos animais, estruturação dos bancos de sementes e diversas outras experiências positivas de estratégias de convivência com o semiárido. Dessa forma, os/as agricultores/as familiares intensificaram a sua luta, frente à expansão das fazendas do agronegócio e, especificamente, da fruticultura irrigada. Como podemos perceber na fala de um dos sujeitos desta pesquisa,

[...] a característica dela é esse solo, o solo muito fértil, importante demais. A gente costuma dizer que tudo que se planta lá na Chapada dá, e lá na Chapada aonde dá também as áreas de acampamento, não existe nenhum assentamento em outra região, a não ser na Chapada. Todos os assentamentos do Apodi estão na Chapada. Por quê? Porque era marcado por grandes latifúndios, então os agricultores disseram: essa Chapada tem que ser da agricultura familiar, e tornou-se. Tem uma diversidade tremenda, assim como outras regiões, os quintais é muito importante, a caprinocultura, a criação de caprinos é muito forte. A exploração do mel, o cultivo do mel. Agora, nesses últimos anos não, porque a seca tem judiado um pouco, mas tem animais de pequeno porte nos quintais. Se você andar aí, você vai ver uma frutífera nascendo no quintal, então isso é a Chapada (CARCARÁ, 2016).

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas pelos agricultores na implantação dos projetos de assentamentos, a região da Chapada possui um número considerável de experiências de quintais produtivos espalhados em quase todos os assentamentos de Apodi. Nesse contexto, a região da Chapada torna-se palco para a grande maioria dos conflitos entre o agronegócio e os movimentos sociais camponeses, principalmente com o

projeto de desenvolvimento regional, a partir da exploração do aquífero Jandaíra, como explicita a fala de uma entrevistada.

Basicamente, do aquífero Jandaíra, eu sei que está tendo muitos movimentos sociais, encontros e debates no sindicato de Apodi, porque lá é uma reserva muito grande de água, mas que, com a chegada dessas empresas, estão furando muitos poços desordenados, chega a um limite de furar muitos poços durante um ano, aí esses poços vão consumir a água e acabar o lençol freático dessa região onde está localizado o aquífero, deixando assim a população sem água (MANDACARU, 2006).

Esse território da Chapada do Apodi tornou-se um espaço de grande embate entre dois modelos de produção que convivem se conflitando: o modelo capitalista de desenvolvimento instalado, tanto do lado cearense, como do potiguar, baseado em empreendimentos dos capitais nacional e internacional, com produção de frutas em grande escala, para exportação; por outro lado, destaca-se o modelo da economia solidária, desenvolvido pela agricultura familiar, voltada para o abastecimento do mercado interno.

A política de estímulo ao agronegócio no semiárido beneficia empresas nacionais e multinacionais e contribui para o crescimento econômico e a balança comercial, com o aumento do volume de exportações de frutas. Esse modelo adotado beneficia o capital, a partir do neodesenvolvimentismo para o campo brasileiro, no qual o agronegócio é protagonista da hegemonia de classe. Nesse contexto, Carvalho e Mendes (2014) nos ajudam a compreender que a prática do agronegócio e de seus representantes, no aparelho de Estado, possibilita a manutenção das ações de exploração da terra e dos trabalhadores e a lógica de degradação ambiental, atuando na manutenção da opressão e da hegemonia.

As grandes empresas transnacionais que antes estavam do lado cearense da Chapada do Apodi, estão migrando para o lado potiguar, inclusive por já terem promovido, nessas regiões, o envenenamento do solo, das águas em lençóis freáticos, dos/as trabalhadores/as, como podemos constatar com o estudo epidemiológico da população da região do Baixo Jaguaribe, exposta à contaminação ambiental em área de uso de agrotóxicos, apresentado por Carneiro, Rigotto e Pignati (2012), constatando que, entre os anos de 2007 e 2011, na região do Baixo Jaguaribe do Ceará, delineia-se um quadro de grave problema de saúde pública, pois, mais de 97% dos/as trabalhadores/as do agronegócio e dos/as agricultores/as familiares dos municípios de Limoeiro do Norte, Quixeré e Russas foram expostos diretamente a agrotóxicos.

Segundo Carneiro, Rigotto e Pinati (2012), esse problema atingiu, também, os assentamentos da Reforma Agrária. O contato é direto, em cerca de 30% dos trabalhadores do agronegócio e em 60% dos agricultores familiares camponeses, envolvendo a preparação de misturas, a pulverização costal, o trabalho exercido em área recém-pulverizada, o armazenamento e transporte, o descarte de embalagens e a limpeza de roupas.

A exposição é múltipla, tendo sido identificado o uso de 90 ingredientes ativos, pertencentes a 25 grupos químicos diferentes, dos quais 68,5% são classificados como extremamente tóxicos ou muito tóxicos. A pulverização aérea é um exemplo contundente das desigualdades ambientais geradas neste processo de desterritorialização, apresentada pelos empresários como o método mais vantajoso de combate à *Sigatoka-amarela*, doença endêmica da bananeira que pode ocasionar diminuição do peso do fruto e perdas de até 50% na produção. Para evitar perdas da ordem de 22 milhões de reais anuais, justifica-se o lançamento no ar, por ano, de cerca de 397.800 litros de calda tóxica contendo princípios ativos altamente tóxicos, como Difenconazol, Piraclostrobin, Epoxiconazol, Trifloxistrobina, Tebuconazol e Propiconazol (CARNEIRO; RIGOTTO; PINATI, 2012, p. 19-20).

As comunidades atingidas pelas frequentes pulverizações aéreas denunciaram a morte de animais e o adoecimento de pessoas e mobilizaram-se para conseguir, em novembro de 2009, a Lei Municipal nº 1478/2009, publicada pela Câmara Municipal de Vereadores de Limoeiro do Norte-CE, que proibiu o procedimento, ocasionando uma sistemática migração das grandes fazendas do agronegócio para o lado potiguar da Chapada, como podemos evidenciar na fala de Mandacaru (2016):

[...] A Del Monte ainda não, mas a Agrícola e Melão Mossoró. Mas eu vejo que vai ser uma luta grande, que vai ser aquela velha do grande contra o pequeno agricultor, que infelizmente talvez o grande venha a ser mais uma vez o vencedor, porque, por mais que as pessoas sejam formadas em movimentos sociais, tenha a vontade de lutar, mas a necessidade financeira às vezes te obriga a você fechar seus olhos diante das suas concepções pelo alimento.

O modelo empresarial do agronegócio está baseado na imposição da monocultura em grandes áreas, expropriadas por grilagem, na grande maioria das vezes, por desmatamento, destruição da biodiversidade da caatinga, caracterizado por processos produtivos com uso intensivo de tecnologias, máquinas e equipamentos, com a produção quase que exclusivamente para exportação.

Experiências de resistência e convivência com o semiárido dos camponeses na Chapada do Apodi

Percebe-se que as sucessivas políticas públicas de estímulo à produção agrícola no semiárido beneficiaram e beneficiam, sobretudo, as empresas nacionais e multinacionais,

instaladas nas microrregiões férteis, como é o caso da Chapada do Apodi. Mesmo com a construção de barragens e açudes, o abastecimento de água no campo e nas cidades fica comprometido com anos seguidos de seca, como ocorreu entre 2011 e 2016, intensificando o conflito por água na região da Chapada, entre o agronegócio da fruticultura irrigada e os/as agricultores/as familiares que desenvolvem experiências agroecológicas. É o que conseguimos constatar a partir da pesquisa desenvolvida por Pereira (2015, p.223).

Na última década a agroecologia foi implantada nos assentamentos rurais dos municípios de Mossoró e Apodi com atividades de apicultura, agricultura de sequeiro, caprinocultura, hortas agroecológicas, quintais produtivos e manejo da caatinga. A agroecologia é entendida como novo paradigma de mudança social para o desenvolvimento rural sustentável mediante a construção de novos valores e exercício da cidadania.

A agroecologia ainda não tem uma definição consolidada, segundo Guhur e Toná (2012), constituindo-se como um conjunto de conhecimentos sistematizados, baseados em técnicas e saberes tradicionais dos povos camponeses que incorporam princípios ecológicos, valores culturais, saberes e práticas tradicionais ou ancestrais da agricultura. Compreendem-se as experiências agroecológicas como processos dinâmicos em que a natureza está no centro de tudo, interligada organicamente a todos os processos, seja a cultura, os saberes, as tradições, a espiritualidade, a produção, a reutilização dos recursos, seja o respeito e o convívio com as espécies.

Nesse trabalho enfatizamos as ideias da agroecologia, fazendo-nos direcionar nossos olhares para as experiências agroecológicas de convivência com o semiárido brasileiro, especificamente, nos assentamentos Sítio de Góis, Tabuleiro Grande e São Manoel, com o intuito de compreendê-las a partir da realidade vivenciada cotidianamente pelos/as estudantes da Ledoc/Ufersa, em suas comunidades, com seus pais, mães, parentes ou vizinhos, buscando conhecer as estratégias utilizadas e desenvolvidas.

A partir do campo de pesquisa, apresentamos a seguir algumas experiências de convivência com o semiárido, desenvolvidas nos assentamentos Sítio de Góis, Tabuleiro Grande e São Manoel, situados na região da Chapada de Apodi, a exemplo do banco de proteína para consumo animal. Essas experiências nos ajudaram a materializar nosso campo de investigação e a realidade dos sujeitos pesquisados.

Os assentamentos de Sítio do Góis e Tabuleiro Grande são conhecidos em toda a região semiárida do Rio Grande do Norte pelos rebanhos caprinos, pelos torneios leiteiros e

de animais de criação. Durante a estiagem, agricultores/as, ao longo dos anos, desenvolveram estratégias de convivência com o semiárido para que seus rebanhos bovinos, ovinos e caprinos sobrevivessem.

Segundo Silva (2014, p. 83), a “sustentabilidade dos processos nas regiões áridas e semiáridas do mundo depende da sustentabilidade nos métodos produtivos, utilizados nessas regiões, sendo um dos focos o cultivo de espécies que sejam apropriadas para as exigências do ambiente”, a exemplo do que evidenciamos em Apodi no trato referente ao cultivo de palma forrageira e à extração da macambira. Diante desse cenário, a fala dos sujeitos da pesquisa nos ajudam a esclarecer a intensidade e importância dada às estratégias de convivência com o semiárido. A esse respeito, Palma nos possibilita compreender que:

[...] no período da seca, como essa que nós estamos passando agora de quase cinco anos, basicamente o sustento é macambira. No caso do meu pai, ele tem o que eles chamam de banco de proteína, que é a plantação irrigada de palma, leucena e gliricídia. É uma árvore grande que tem muita proteína e os animais aceitam bem o consumo dessa planta. E tem a moringa também, que também serve para (PALMA, 2016).

Algumas das espécies nativas dessa região passaram por melhoramentos vegetais, como percebemos no relato realizado por Palma, esclarecendo que, na propriedade de seus pais, eles desenvolvem um projeto de melhoramento vegetal no assentamento Paulo Canapun, com a ajuda do Instituto Federal do Rio Grande do Norte - IFRN, Campus Apodi. Essas estratégias de convivência com o semiárido são estimuladas em pesquisa, tanto nos Institutos Federais - IFs, como na Universidade Federal Rural do Semi-árido - Ufersa, com a perspectiva de promover o melhoramento vegetal e também formar, nas propriedades dos/as agricultores/as, bancos de proteínas para alimentação dos animais com plantações de plantas típicas ou adaptadas ao semiárido como palma, leucena e gliricídia que venham a subsidiar mais pesquisas e a alimentação animal durante os tempos de estiagem.

A palma é uma das plantas mais bem distribuídas e exploradas nas regiões semiáridas, colaborando nas atividades de camponeses/as que lidam, principalmente, com a pecuária de pequeno porte, sendo assim economicamente rentável sua produção. O preparo para o consumo animal pode ser misturado com silagens, fenos, restos de outras culturas, bagaços de cana, pasto e capins, pois, além de satisfazer as exigências dos animais, principalmente leiteiros, evita diarreias (não patológicas) que normalmente ocorrem quando os animais são alimentados exclusivamente com a palma.

Em resposta a essas exigências, ganhou destaque o cultivo da palma forrageira *Opuntia ficus-indica* Mill, variedade gigante, espécie que se adaptou muito bem principalmente no que se refere às exigências mínimas de água para o seu cultivo e sua resistência às altas temperaturas, características principais dessas regiões semiáridas, colaborando com algumas vantagens, como preservação do solo, forragem para gado, ovinos e caprinos, biomassa para fins energéticos (combustível ou biogás), cochonilha para a produção de carmim, entre outras.

Durante a pesquisa de campo, verificamos que embora a importância dessa forrageira já tenha sido trabalhada pela assistência técnica durante os anos de colonização no assentamento, ainda observamos pouca utilização, mesmo os/as trabalhadores/as sabendo de sua importância, do seu valor nutritivo e de digestibilidade elevada. Para intensificar seu plantio, a Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte- Emparn desenvolve pesquisa e assistência técnica através de projetos com agricultores/as de Apodi, tendo em vista sua importância como banco de proteína para consumo animal durante a seca (SILVA, 2014, p. 83).

Também tem sido muito utilizada pelos/as trabalhadores/as a macambira, cientificamente chamada de *Bromeliala ciniosa*, sendo uma espécie que vegeta em regiões semiáridas, em terrenos pobres, rasos, entre pedras e em serrotes das caatingas mais secas. Essa bromélia tem uma importância significativa do ponto de vista econômico e ambiental nas regiões onde as chuvas são escassas e irregulares como é o caso do semiárido, sendo muito utilizada na alimentação de animais e até de humanos.

Após a extração da macambira ela é transportada para a residência, em carroças de boi e, a seguir, há o corte e o preparo da ração para caprinos e ovinos. Devido à quantidade de macambira que seria necessária para alimentar um rebanho bovino, essa criação torna-se quase inviável para os agricultores familiares que vivem desse extrativismo. Dessa forma, possuir gado nessa região torna-se sinônimo de status social e demarcação do desenvolvimento da produção familiar.

Percebemos que nos assentamentos de Apodi, muitos mitos foram criados em torno da cultura da extração da macambira, como é caso da crença de que a macambira tem mais proteína, possibilitando o aumento da produção leiteira isso alimenta o comércio entre esses extrativistas, como podemos perceber no relato a seguir:

No caso do meu pai, como ele já tem a idade avançada, ele já tem mais de 75 anos, apesar de que ele é meio teimoso e faz isso, mas a gente tenta conter, mas a gente compra de outras pessoas. Nessa época tem muita gente que tira o sustento da família tirando a macambira e vendendo para aquele que não pode tirar (PALMA, 2016).

Percebemos que em função da demanda de alimentação para os animais existe um comércio em torno da extração da macambira, de modo que muitos/as assentados/as alugam os lotes de vizinhos ou parentes e extraem ou compram a macambira para subsidiar o sustento de seus rebanhos em época de estiagem e, assim, conseguem mais um elemento para fortalecer a economia familiar.

Da experiência da comunidade à prática pedagógica: o olhar sobre as estratégias de convivência com o semiárido potiguar

Para dialogarmos com as populações camponesas, em sua vasta cultura e diversidade, no que concerne à educação do campo, seja na Educação Infantil, Educação Básica ou Superior, precisamos compreender que o caminho deve ser iniciado com sensibilidade e respeito ao contexto em que os sujeitos estão inseridos, pois, qualquer prática pedagógica na perspectiva da Educação Popular, o primeiro momento para se conhecer a realidade requer a leitura de mundo como o elemento estruturante para o desenvolvimento da educação para a convivência com o semiárido.

A formação inicial e continuada dos/as educadores/as, que prevalece na perspectiva tradicional, homogeneíza o currículo escolar e não contempla as especificidades regionais ou locais, no que se refere à história e cultura das populações camponesas. Diferentemente do paradigma da Educação do Campo para a convivência com o semiárido, que traz para a escola uma visão educacional inovadora, que concebe a escola como espaço de construção de conhecimento a partir da realidade cotidiana e prima por uma epistemologia que valoriza a produção do conhecimento, tendo como base os saberes das experiências e o contexto dos sujeitos do processo educativo.

Para tanto, segundo Lima (2010, p.160-161), para a efetivação de uma proposta de educação contextualizada no semiárido, torna-se “necessário discutir o modelo de gestão das escolas, construindo uma proposta baseada no princípio da autonomia e da gestão democrática, onde a participação dos alunos, dos pais e dos/as professores/as seja real e não simbólica” – uma participação que seja efetiva, processual e que possibilite a releitura e reinterpretção dessa realidade, em que esses sujeitos tenham uma atuação significativa na

construção das diretrizes políticas e pedagógicas que são basilares das ações da escola e que forneçam elementos que possibilitam a transformação da realidade.

A proposta de Educação Contextualizada no Semiárido não pode limitar-se somente aos aspectos didático-pedagógicos, precisa assumir um caráter político-pedagógico de transformação. Não pode ser um processo educativo desenvolvido de forma mecânica e dentro de quatro paredes sem considerar e envolver os elementos sociais e culturais que tanto influenciam a vida dos sujeitos sociais (LIMA, 2010, p. 161).

As práticas pedagógicas, mediadas pelo diálogo, podem possibilitar estudos e reflexões que contribuam para a transformação social das comunidades, possibilitam, também, que, os/as estudantes se reconheçam como sujeitos, na luta por sua autonomia e emancipação. A educação contextualizada para a convivência com o semiárido deve ser construída e imersa no contexto histórico, de modo que as contradições sejam percebidas pelos sujeitos sociais, envolvidos na proposta pedagógica, compreendendo a dinâmica em que estão inseridos, pois a educação deve refletir a vida, com sentimento, com politicidade, em constante movimento, podendo ser desenvolvida e concebida como um ato político.

Nesse sentido é importante as escolas localizadas em territórios semiáridos procurem conhecer, pesquisar e problematizar as estratégias de convivência com o semiárido como a cultura extrativista da macambira, possibilitando compreender como esse processo extrativista presente no Sítio Góis, um dos assentamentos da chapada do Apodi, subsidia as atividades econômicas, garantindo, tanto a comercialização dessa espécie, como a sustentação proteica dos rebanhos, durante os tempos de estiagem.

Essa força e luta dos homens e mulheres da comunidade do Sítio Góis e de outros assentamentos, se expressa nas formas de divulgação e comercialização de seus rebanhos como torna-se evidente Caprifeira – momento em que os/as moradores do Sítio Góis e dos assentamentos vizinhos se reúnem para eleger os melhores animais em termos de peso; os que produzem mais leite; os mais bonitos, promovendo relações comerciais de troca e venda de rebanhos, interação e comemoração, através das manifestações culturais locais, típicas da economia solidária que promove estratégias de comercialização solidárias que se contrapõem ao mercado capitalista.

O direito a uma educação de qualidade, com o ensino contextualizado para valorizar as identidades camponesas é compreendido como fortalecimento da vida no semiárido que pelo interesse das elites agrárias era fadada ao fracasso. Torna-se evidente a significativa

relevância das práticas educativas de convivência com o semiárido, que precisam se materializar em práticas pedagógicas interdisciplinares nos ambientes formais e informais de educação.

É preciso que avancemos nessa perspectiva – de tocar naquilo que é essencial – e, assim, realizarmos, de fato, uma educação contextualizada, comprometida com o processo de emancipação humana. Afinal, não é mais possível se pensar em tudo isso se não tratamos desses elementos na escola. Diariamente, milhões de crianças, jovens e adultos vão às escolas, e aí lhes perguntamos: em que a escola lhes ajuda na reflexão sobre outras formas de pensar o mundo, a sociedade, o lugar onde se vive, o desenvolvimento sustentável, as relações de gênero, acultura, a moralização da política, entre outras questões não menos importantes? (REIS, 2010, p.119).

O citado autor nos aponta a importância de promovermos processos educativos contextualizados, na perspectiva de manter vivas as suas histórias e as suas tradições, promovendo a valorização da cultura popular, como instrumento de afirmação da identidade e da autonomia dos/as estudantes. As atividades das escolas devem envolver e possibilitar a reflexão de práticas de estratégias de enfrentamento, como forma de construir novos projetos políticos, voltados para o desenvolvimento sustentável do semiárido brasileiro, contrapondo-se aos projetos neoliberais, globalizantes, voltados para a competição e a exclusão social.

Considerações finais

Destacamos nesse texto elementos das práticas de convivência com o semiárido das famílias camponesas de origem das/os estudantes da Licenciatura em Educação do Campo da UFERSA, que na perspectiva de uma Educação do Campo contextualizada para a convivência com o semiárido, deve ser a matéria prima para as reflexões e estudo interdisciplinar, conforme o projeto pedagógico da Ledoc/UFERSA.

Percebe-se nas falas das/os entrevistadas/os evidências de que os camponeses dos assentamentos do município de Apodi território da Chapada do Apodi apresentam diferentes formas de resistência, de luta política e produção para permanecerem na terra. A luta política se refere ao confronto direto com o capital multinacional do agronegócio que quer se apropriar das terras e das águas. A resistência nas formas de produção e convivência com o semiárido que garantem superar a tendência que sempre foi predominante de combate às secas para uma nova estratégia de conhecer o território e suas características para com ele conviver e garantir condições dignas de vida.

Esse rico patrimônio natural, produtivo, cultural e de saberes que as mulheres e homens desse território vêm acumulando constituem um manancial que pode e deve ser incluído no currículo e nas práticas pedagógicas da Ledoc/UFERSA e, por consequência, repercutindo na formação de educadores/as que podem ser multiplicadores desse patrimônio coletivo das comunidades da chapada do Apodi, fortalecendo suas estratégias de resistência e convivência com o semiárido.

Referências

CARNEIRO, F.F; PIGNATI, W.A; RIGOTTO R.M. Frutas, cereais e carne do Sul: agrotóxicos e conflitos ambientais no agronegócio no Brasil, e-cadernos CES [Online], 17 | 2012. p. 10-30. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/1101>. Acesso em 10 de maio de 2020.

CARVALHO, Sandra Maria Gadelha de; MENDES, José Ernandi. Práxis educativa do Movimento 21 na resistência ao agronegócio. Interface: a journal for and about social movements. v.6, n.1, p.45-73, maio 2014. Disponível em: <http://www.interfacejournal.net/wordpress/wp-content/uploads/2014/06/Interface-6-1-Carvalho-e-Mendes.pdf>. Acesso em 20 de dezembro de 2020.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática. In: GENTILLI, Pablo A.; SILVA, Tomás Tadeu da (Orgs.). Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação: visões críticas. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

GUHUR, Dominique M. P.; TONÁ, Nilciney. Agroecologia. In: CALDART, R.S; PEREIRA, I.B; ALENTEJANO, P; FRIGOTTO, G. (orgs.) Dicionário de educação do campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 57-66.

LIMA, Elmo de Souza. O currículo como espaço de diálogo entre as diversidades socioculturais do semiárido. In: SILVA, Conceição de Maria de Sousa e.; LIMA, Elmo de Souza.; CANTALICE, Maria Luíza de.; ALENCAR, Maria Tereza de.; SILVA, Waldirene Alves Lopes da. (Org). Semiárido Piauiense: educação e contexto. Campina Grande: INSA, 2010. p. 151-172. Disponível em: <file:///D:/Downloads/Cap-Curriculocontextualizadook.pdf>. Acesso em 20 de junho de 2020.

PEREIRA, Guilherme Reis. Avaliação de políticas de desenvolvimento rural para o Semiárido: o agronegócio da fruticultura irrigada e a agricultura familiar. Revista de Geografia (UFPE), v. 32, n. 2, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/229159/23560>. Acesso em: 23 out. 2017.

PONTES, Andrezza Graziela Veríssimo. Saúde do Trabalhador e saúde ambiental: articulando universidade, SUS e movimentos sociais em território rural. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva). Universidade Federal do Ceará – UFC, 2012.

PONTES, Andrezza Graziella Veríssimo et al. Os perímetros irrigados como estratégia geopolítica para o desenvolvimento do semiárido e suas implicações à saúde, ao trabalho e ao ambiente. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2013, vol.18, n.11, pp.3213-3222. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232013001100012&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 10 de julho de 2020.

REIS, Edmerson dos Santos. Educação para a convivência com o semiárido: desafios e possibilidades. In: SILVA, Conceição de Maria de Sousa e.; LIMA, Elmo de Souza.; CANTALICE, Maria Luíza de.; ALENCAR, Maria Tereza de.; SILVA, Waldirene Alves Lopes da. (Org). *Semiárido Piauiense: educação e contexto*. Campina Grande: INSA, 2010. p. 109-130. Disponível em: <https://portal.insa.gov.br/images/acervo-livros/Semi%C3%A1rido%20Piauiense%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20Contexto.pdf>. Acesso em 10 de maio de 2020.

SILVA, P. C. G. da et al. Caracterização do Semiárido brasileiro: fatores naturais e humanos. In: SÁ, I. B.; SILVA, P. C. G. da (Orgs). *Semiárido Brasileiro: pesquisa, desenvolvimento e inovação*. Petrolina: Embrapa Semiárido, 2014. p. 17 a 48. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/861906/caracterizacao-do-semiarido-brasileiro-fatores-naturais-e-humanos>. Acesso em 10 de junho de 2020.

Nota

ⁱ Este artigo é parte de uma pesquisa de doutorado.

Sobre os autores

Linconly Jesus Alencar Pereira

Doutor em Educação pela Universidade Federal da Paraíba, professor do Instituto de Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB). E-mail: linconly@unilab.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4604-5517>.

Maria do Socorro Xavier Batista

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco-UFPE. Professora do Departamento de Educação do Campo, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UFPB. E-mail: socorroxbatista@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7202-1041>

Luciélío Marinho

Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Paraíba-UFPB. Professor do Departamento de Fundamentação da Educação do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: leomarinhosufpb@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5872-4349>.

Recebido em: 30/06/2020

Aceito para publicação em: 27/09/2020